

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ascom Glauber Braga



Solução tenta dar pena menor a Glauber

Glauber e anistia: acordos de Semana Santa

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), respira aliviado. A semana esvaziada pelos feriados seguidos da Semana Santa e de Tiradentes (também aniversário de 65 anos de Brasília) deu a ele o tempo necessário para tentar uma solução para os dois grandes pepinos que tem para descartar: o projeto de anistia para os presos do 8 de janeiro de 2023

e o processo de cassação do mandato do deputado Glauber Braga (PsoL-RJ). Talvez o clima de maior compaixão nesses dias santos tenha ajudado na construção de propostas alternativas para os dois casos. Motta iniciará a próxima semana fiando-se na possibilidade de fechar as soluções em ambos os casos. E, em ambos, com a opção da negociação de penas reduzidas.

Glauber

Enquanto Glauber completa mais de uma semana de greve de fome, o PT e o PsoL, com a ajuda dos líderes do governo, constroem para ele a possibilidade de uma pena menor que a cassação. Uma advertência, ou mais provável, uma suspensão por tempo determinado.

Centrão

Essa solução até avança mais na oposição e menos no Centrão, por causa do peso de liderança do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), desafeto de Glauber, que se sente ofendido por ele. Mas os aliados de Glauber estão confiantes em uma solução.

Joedson Alves/Agencia Brasil



Projeto daria gradação aos atos violentos do 8/01

Um novo projeto pode ser a solução para a anistia

No caso da anistia, parecer amadurecido muito a negociação em torno de estabelecer uma redução de penas. Discute-se um possível projeto em torno dele. Na GloboNews, Otávio Guedes foi o primeiro a falar nisso, mas o Correio Político confirmou as conversas. O projeto, que vem sendo redigido pelo ex-presidente do Senado

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), O projeto visa alterar a Lei 4197, de 2021, que inclui no Código Penal o crime de Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito. "Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, governo legitimamente constituído" tem uma pena entre quatro e doze anos de prisão e não prevê gradações.

Ameaça

Quem assumiu o risco de invadir e depredar os prédios públicos, no mínimo cometeu "grave ameaça" e fica enquadrado. A ideia em discussão é fazer alteração que amenize os casos de quem somente fez parte da turba, agravando para quem comandou e financiou os atos.

Solução

A solução esvaziaria o discurso que vitimiza figuras como a cabeleireira Débora dos Santos, que ficou com batom a estátua da Justiça. E isolaria os grupos considerados menores que pensam estender tal anistia a Bolsonaro e o resto do chamado "núcleo crucial".

Bolsonaro

A sensação do governo e do comando do Congresso é que a maioria dos parlamentares hoje concorda que algumas penas aplicadas foram excessivas. Mas não que não deva haver responsabilização para o ex-presidente Jair Bolsonaro e os demais comandantes.

STF

Como uma lei retroage para beneficiar, ela poderia alcançar Débora e outros casos menores. E manteria normalmente o julgamento do "núcleo crucial" da tentativa de golpe. E não obrigaria o Supremo Tribunal Federal (STF) a ter de rever o que já julgou.

Cresce chance de alternativa à anistia ao 8/01

Projeto sugere possibilidade de reduzir penas em alguns casos

Antônio Cruz/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O avanço de um projeto alternativo à anistia aos presos e condenados pelo 8 de janeiro de 2023 ganhou força durante a semana, esvaziada pelos feriados da Páscoa e de Tiradentes (também aniversário de Brasília). Durante o tempo sem maiores movimentações no Congresso, amadureceu a ideia de construção de um projeto que permita penas menores àqueles que tiveram envolvimento menor na invasão e depredação dos prédios da República e nos demais atos antidemocráticos.

A ideia ganhou um importante apoio na quinta-feira: o ex-presidente Michel Temer (MDB), que foi justamente quem indicou Alexandre de Moraes, o relator dos processos envolvendo os atos antidemocráticos, para o Supremo Tribunal Federal. Temer declarou que avalia como válida a discussão no Congresso Nacional sobre o tema, mas acredita que o ideal seria se o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) reavaliasse a dosagem das penas aplicadas.

"É possível fazer uma nova dosimetria. Punição houve, tinha de haver, mas também a pena deve ser de menor tamanho. É uma solução conciliatória. O que estou propondo é uma mediação, um meio-termo", defendeu Temer em entrevista à jornalista Malu Gaspar, do jornal O Globo.

O ex-presidente ainda reiterou que o ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, que ele nomeou, é um ministro "moderado" e que "sabe o que fazer", apesar da imagem associada ao magistrado. "Se não fosse ele, não teria eleições no Brasil. Ele já liberou muita gente para prisão domiciliar, o que já é um sinal. Ele cumprirá um papel de pacificação", reforçou.

Dosimetria

A principal alternativa discutida para a anistia é justamente a revisão das penas aplicadas pelo Supremo em alguns casos, como forma de conter uma anistia geral de todos os crimes, como propõe o projeto cuja urgência foi pedida pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ).



Alcolumbre e Pacheco articulam o projeto de redução de penas

Nos bastidores, o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) estuda juntamente com seu sucessor, o atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), uma proposta que altere a atual legislação referente ao crime de Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito, de forma a que isso não represente uma afronta ao STF. A medida seria uma revisão a lei, propondo pena mais reduzida em alguns casos.

A atual lei não diferencia organizadores, financiadores, líderes e executores da tentativa de golpe de Estado. Com isso, uma das alternativas cogitadas é elaborar (e eventualmente aprovar) um projeto de lei que reduza a pena de réus de menor importância e aumente a pena aplicada aos líderes da tentativa de golpe.

Apoio

O líder da bancada do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), protocolou oficialmente o Requerimento 1410/2025 que solicita urgência para votação do PL da Anistia. O documento conta com 262 assinaturas, cinco a mais que o mínimo necessário para levar o projeto ao plenário da Câmara (257).

O presidente da Câmara confirmou que levará a pauta para a próxima reunião de líderes da Casa, na próxima quinta-feira

(24). Apesar de saber que teria que decidir sobre a pauta da anistia aos presos de 8 de janeiro, Motta tem evitado o tema para evitar desgastes com o poder Executivo e o Supremo. Portanto, ao levar a decisão de pautar ou não a urgência do projeto para ser definida na reunião de líderes, o paraibano distribuiu a responsabilidade do tema, sem puxá-lo para si.

O requerimento tem o apoio de 264 parlamentares, porém foram invalidadas as assinaturas de Sóstenes Cavalcante e do líder da oposição na Casa, Luciano Zucco (PL-RS), totalizando oficialmente 262 assinaturas. O apoio dos parlamentares foi desconsiderado por se tratarem de assinaturas de líderes partidários. Isso porque, inicialmente a estratégia do PL era conseguir o apoio para a anistia pelos líderes partidários. Por falta de acordo, a sigla teve que mudar de estratégia e buscou apoio dos deputados individualmente.

Pressões

Parte dos líderes do Centrão avalia que, se de fato levado para votação no plenário da Câmara dos Deputados, o PL a Anistia (PL 2858/2022) pode ter o apoio de cerca de 308 parlamentares. Isso porque, na avaliação deles, deputados que apoiam a anistia aos presos de 8 de janeiro, mas não manifestavam por medo do poder Judiciário e do governo, se sentiriam mais à vontade para votar pela aprovação do projeto. Caso essa alternativa se concreti-

ze, ela evidenciará um forte apoio para a pauta da anistia, o que pressionará o Senado Federal a fazer o mesmo.

Do outro lado, há quem avale que o contrário pode ocorrer. Apesar de concordarem em discutir a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, esses congressistas não apoiariam o projeto no seu mérito. Essa é justamente a estratégia que o governo federal tenta emplacar.

Como o requerimento de urgência já foi protocolado, deputados federais de partidos do Centrão que compõem os ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – PP, PSD, MDB, Republicanos e União Brasil – que já assinaram a urgência não podem mais retirá-la. Portanto, a alternativa do governo é conseguir o aceno público de 30 parlamentares de partidos da base para que, mesmo que não possam retirar a assinatura efetivamente, se manifestem publicamente retirando o apoio à proposta. Isso, avalia o governo, enfraqueceria o projeto.

Contudo, caso não dê certo e a projeto da anistia seja aprovado como se encontra no Congresso, ele irá virar um cabo de guerra entre Legislativo e Judiciário. Isso porque, como adiantou o Correio da Manhã, os magistrados declaram ser inconstitucional conceder uma anistia ampla e irrestrita aos envolvidos nos ataques contra as sedes dos Três Poderes.

Bolsonaro segue internado, sem previsão de alta

Instagram/Bolsonaro

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem boa evolução clínica, mas continua sem previsão de alta da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), de acordo com boletim divulgado pelo hospital DF Star nesta quarta-feira (16).

Bolsonaro também publicou uma foto do hospital no X, em que está com fios ligados ao seu corpo, lendo um documento.

"O Hospital DF Star informa que o ex-presidente Jair Bolsonaro permanece internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), em acompanhamento pós-operatório. Encontra-se com boa evolução clínica, sem dor, sangramentos ou outras intercorrências", diz o boletim.

"Mantém programação de fisioterapia motora (caminhada fora do leito) e respiratória. Persiste a recomendação de não receber visitas e não há previsão de alta da UTI", completa.

Evolução

Na tarde de terça-feira, o médico cardiologista Leandro Echenique, da equipe que atende Jair Bolsonaro (PL), disse que o



Bolsonaro ainda deve ficar internado por duas semanas

ex-presidente está com "evolução acima do esperado", dois dias após ter realizado uma longa cirurgia no abdômen.

"Está tendo uma evolução acima do esperado. Tanto pela idade, quanto pela complexidade da cirurgia, se considera que foi

uma recuperação nessas 48 horas acima da média", disse Echenique.

Segundo ele, foi retirado o cateter urinário. "Presidente é muito forte. Ajuda o fato de ele ter organismo de base saudável, sem beber e fumar, e com histórico de exercícios físicos", completou.

Ao longo do dia de terça, foram divulgadas imagens e vídeos do ex-presidente caminhando pelo hospital acompanhado da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro e dela recebendo uma massagem nos pés.

Declarado inegável até 2030 e réu no STF (Supremo Tribunal Federal) sob a acusação de tentativa de golpe de Estado no final de seu governo, Bolsonaro está internado em Brasília desde sábado (12), após passar mal em evento em Natal no dia anterior.

Cirurgia

No domingo (13), passou por uma cirurgia de 12 horas para desobstrução intestinal, procedimento que correu bem, segundo seus médicos, e foi o mais longo dos já realizados desde que o ex-presidente levou a facada na campanha eleitoral de 2018.

Bolsonaro deverá ficar internado pelo menos mais duas semanas e enfrentar restrições no pós-operatório por um período de dois a três meses.

Marianna Holanda (Folhapress)